



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA

CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 2021.12.21.0041, de 21/12/2021

REQUERENTE: **Secretaria Municipal de Administração-SEMAD**

ASSUNTO: Análise da Minuta de Edital de Pregão Eletrônico.

PARECER Nº 124/2022 – PGM

I – DO INTRÓITO

Trata-se de solicitação encaminhada a esta PGM da lavra do Secretário Municipal de Administração, Dr. Leonardo Mendes Aragão, em atendimento ao art. 38, da Lei Federal nº 8.666/1993, para proceder à análise da Minuta de Edital do **Pregão Eletrônico oriundo do processo administrativo em epígrafe** e seus anexos, do tipo **Menor Preço**, cujo objeto é a **contratação de pessoa jurídica para fornecimento de equipamentos, periféricos, suprimentos e acessórios de informática e com isso, atender as necessidades das Unidades Escolares do Município de Anajatuba/MA**, conforme encaminhamento alhures citado às fls.02, com Especificações por Itens às fls.03-11.

Cumpre mencionar, que existem Avisos de Intenção de Registro de Preços, com as devidas especificações das Secretarias de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, bem como Assistência e Desenvolvimento Social, sob as chancelas das respectivas Ordenadoras de Despesas às fls.12-51.

Convém informar também que constam dos autos Justificativa de Preços, às fls.104, tudo de acordo com o art.5º, IV da Instrução Normativa nº 73/2020 da Secretaria de Gestão Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, bem como Pesquisa Mercadológica às fls.52-96 e Mapa de Apuração às fls.97-103, **cujo valor apurado, orçou R\$ 4.191.360,18 (quatro milhões, cento e noventa e um mil, trezentos e sessenta reais e dezoito centavos)**, conforme Solicitação de Rubrica às fls.105, sob a chancela do Ordenador de Despesas, Dr. Leonardo Mendes Aragão.

Em despacho às fls.106, referente à solicitação constante às fls.105, o Contador JADEVALDO CUZ RIBEIRO, CRC nº 013047/O-5 MA *sugere a continuidade do processo, e após a realização do procedimento licitatório e antes da assinatura do contrato firmado com base na respectiva ata de registro de preços e o seu retorno, para fins de comprovação da existência de dotação orçamentária com saldo suficiente para custeio de despesas onde naquela oportunidade fora indagado por esta PGM. Em estudo com vistas de apurar o conteúdo à luz da legalidade estrita, esta PGM constatou quanto à essa possibilidade, na forma do Decreto nº 7.892/2013, em seu art.7º, § 2º, que diz: Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, portanto perfeitamente aplicável no caso concreto.*

Ato contínuo, consta também dos autos, **Termo de Referência** (fls.108-146) e mediante **TERMO DE APROVAÇÃO**, (fls.148) **sob chancela do Ordenador de Despesas, Dr. Leonardo Mendes Aragão** oportunidade em que, se fez juntado aos Termos de Concordâncias às fls.149-150. Ato contínuo, fora feito solicitação de exame de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA

CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

conformidade pelo Ordenador de Despesas alhures citado, com Parecer de Conformidade devidamente chancelado pelo Controlador Geral do Município, Dr, Gicivaldo Nunes Machado, às fls.154, oportunidade em que, após chancela do citado controlador, o Ordenador de Despesas e aprovou e autorizou quanto a abertura de procedimento licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico tipo menor preço por item, em seguida com autorização para instauração de processo licitatório às fls.155 e com juntada de Portaria de designação de pregoeiros e equipe de apoio, referente à equipe de Pregoeiro que será composta pelos Senhores THIAGO MENDES DA SILVA, THALIA ARAGÃO DUTRA e MAURÍCIO RODRIGUES PEREIRA (fls.156).

O valor global estimado para a pretensa contratação é de **R\$ 4.191.360,18 (quatro milhões, cento e noventa e um mil, trezentos e sessenta reais e dezoito centavos)**, conforme Mapa de Apuração às fls.97-103 e Solicitação de Rubrica Orçamentária sob a chancela do Ordenador de Despesas, Dr. Leonardo Mendes Aragão.

O presente processo licitatório encontra-se instruído, constando nos autos os seguintes documentos que passarei a decifrar:

- Capa do Processo Admin. 2021.12.21.0041/2021 (sem numeração);
- Capa do Processo (sem numeração);
- Termo de Abertura de Processo (fls.01);
- Solicitação e Planilhas de Especificação (fls.02-11);
- Avisos de Intenção de Registro de Preços e Publicações (fls.20-22);
- Manifestação e Planilha com a Discriminação e Quantitativo (fls.23);
- MIRP,s (fls.24-41);
- Termo de Aprovação (fls.42);
- Encaminhamento e Planilhas Consolidadas (fls.43-51);
- Pesquisa Mercadológica (fls.52-96);
- Mapa de Apuração (fls.97-103);
- Justificativa de Preços (fls.104);
- Encaminhamento ao setor contábil quanto à existência de dotação orçamentária **sob chancela do Ordenador de Despesas, Dr. Leonardo Mendes Aragão** (fls.105);
- Despacho Setor Contábil assinado pelo Contador Jadevaldo Cruz Ribeiro, CRC nº 013047/O-5 MA (fls.106);
- Encaminhamento e Termo de Referência aprovado **sob chancela do Ordenador de Despesas, Dr. Leonardo Mendes Aragão, com o autorizo do Termo de Referência (fls.107-147);**
- Termo de Aprovação (fls.148);
- Termos de Concordância (fls.149-150);
- Solicitação e Parecer de Conformidade (fls.151-154);
- Autorização para instauração de processo **sob chancela da Ordenadora de Despesas, Dr. Leonardo Mendes Aragão, com autorizo do Termo de Referência (fls.155);**
- Juntada de Portaria de Pregoeiros e Membros da CPL (fls.156);
- Juntada de Portaria e Publicações no Diário Oficial (fls.157-160);
- Encaminhamento à PGM (fls.161);
- Edital de Minuta e Edital e Contrato de Pregão Eletrônico e anexos (fls.162-254);
- Despachos e Encaminhamentos pertinentes.

Cumprе mencionar, que o processo já fora objeto de análise por parte desta PGM, através de emissão de Parecer nº 58/2022-PGM, de 22/03/2022, às fls.255-259. Ato contínuo, foram juntados os seguintes documentos: EDITAL E ANEXOS – PREGÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ELETRÔNICO Nº 018/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (fls.260-351); Certidão de Fixação do Edital no Mural de Avisos (fls.352); Aviso de Licitação Pública – Pregão Eletrônico SRP nº 018/2022 e Publicações (fls.353-358); Juntada de Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações (fls.359-390); Juntada de Proposta de Preços da empresa ALCANCE CONSULTORIA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, CNPJ Nº 21.903.173/0001-90 (fls.391-404); Juntada de Documentos de Habilitação da empresa ALCANCE CONSULTORIA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, CNPJ Nº 21.903.173/0001-90 (fls.405-448); Juntada de Validação de Documentos de Habilitação da empresa ALCANCE CONSULTORIA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, CNPJ Nº 21.903.173/0001-90 (fls.449-474); Juntada de Proposta de Preços da empresa B B SAADS, CNPJ Nº 11.862.641/0001-71 (fls.475-560); Juntada de Proposta Readequada e Diligências (fls.561-577); Juntada de Proposta de Preços da empresa COMERCIAL CARVALHO LTDA, CNPJ Nº 13.397.288/0001-09 (fls.578-588); Juntada de Documentos de Habilitação da empresa COMERCIAL CARVALHO LTDA, CNPJ Nº 13.397.288/0001-09 (fls.589-652); Juntada de Proposta de Preços da empresa CRYSTHOFER PYL CURY 00663944147, CNPJ Nº 40.136.596/0001-58 (fls.653-704); Juntada de Proposta de Preços da empresa DISTRIBUIDORA STELLA EIRELI, CNPJ Nº 14.496.361/0001-85 (fls.705-719); Juntada de Documentos de Habilitação da empresa DISTRIBUIDORA STELLA EIRELI, CNPJ Nº 14.496.361/0001-85 (fls.720-757); Juntada de Validação de Documentos de Habilitação da empresa DISTRIBUIDORA STELLA EIRELI, CNPJ Nº 14.496.361/0001-85 (fls.758-794); Juntada de Proposta de Preços da empresa JOSE G. F, COMERCIO E SEREVIÇOS EIRELI, CNPJ Nº 07.199.275/0001-45 (fls.795-856); Juntada de Validação de Documentos de Habilitação da empresa JOSE G. F, COMERCIO E SEREVIÇOS EIRELI, CNPJ Nº 07.199.275/0001-45 (fls.857-885); Juntada de Proposta de Preços da empresa SEVENTEC TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA, CNPJ Nº 08.784.976.0002-95 (fls.886-971); Juntada de Proposta de Preços da empresa FRANCHARLES DE NAZARÉ JANSEN LISBOA, CNPJ Nº 23.206.285/0001-17 (fls.972-1032); Juntada de Validação de Documentos de habilitação da empresa FRANCHARLES DE NAZARÉ JANSEN LISBOA, CNPJ Nº 23.206.285/0001-17 (fls.1033-1057); Juntada de Proposta de Preços da empresa A L SILVA BARROS COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ Nº 23.383.929/0001-42 (fls.1058-1089); Juntada de Proposta de Preços da empresa LFN COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 10.639.199/0002-37 (fls.1090-1127); ATA FINAL (fls.1128-1332); TERMO DE ADJUDICAÇÃO (fls.1333-1347); Resultado do Julgamento da Licitação – Pregão Eletrônico SRP nº 018/2022 (fls.1350-1351); Resultado do Julgamento da Licitação – Pregão Eletrônico SRP nº 018/2022 com o Resultado da Adjudicação e Publicações (fls.1352-1353); Relatório com Resultado da Adjudicação (fls.1354-1355); Reenvio à PGM (fls.1356).

Observo, que valor global estimado para a pretensa contratação é de **RS RS 4.191.360,18 (quatro milhões, cento e noventa e um mil, trezentos e sessenta reais e dezoito centavos)**, conforme Mapa de Apuração às fls.97-103 e Solicitação de Rubrica Orçamentária sob a chancela do Ordenador de Despesas, Dr. Leonardo Mendes Aragão, conforme Mapa de Apuração alhures mencionado, tudo de acordo com o que predispõe o



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

inciso IV do art.5º da IN 73/2020 da SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, fls.82-83). A partir da ATA FINAL (fls.1128-1332); TERMO DE ADJUDICAÇÃO (fls.1333-1347); Resultado do Julgamento da Licitação – Pregão Eletrônico SRP nº 018/2022 (fls.1350-1351); Resultado do Julgamento da Licitação – Pregão Eletrônico SRP nº 018/2022 com o Resultado da Adjudicação e Publicações (fls.1352-1353); Relatório com Resultado da Adjudicação (fls.1354-1355), percebo uma baixa no valor total adjudicado, pois conforme Resultado da Adjudicação, conforme citado alhures, **o valor total adjudicado orçou em R\$ 2.857.666,51 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e um centavos)**, sendo R\$ 62.171,65 (sessenta e dois mil cento e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos) adjudicado em favor da empresa ALCANCE CONSULTORIA SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI, CNPJ Nº 21.903.173/0001-90, R\$ 1.806.098,02 (um milhão, oitocentos e seis mil, noventa e oito reais e dois centavos) adjudicado em favor da empresa B B SAADS, CNPJ Nº 11.862.641/0001-71, R\$ 155.329,51 (cento e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos) adjudicado em favor da empresa COMERCIAL CARVALHO LTDA, CNPJ Nº 13.397.228/0001-09, R\$ 320.936,00 (trezentos e cinte mil, novecentos e trinta e seis reais) adjudicado em favor da empresa CRYSTHOFER PYL CURY 00663944147, CNPJ Nº 40.316.596/0001-58, R\$ 91.500,00 (noventa e um mil e quinhentos reais) adjudicado em favor da empresa DISTRIBUIDORA STELA EIRELI, CNPJ Nº 14.496.361/0001-85, R\$ 2.578,08 (dois mil, quinhentos e setenta e oito reais e oito centavos) adjudicado em favor da empresa FRANCHARLES DE NAZARÉ JANSEN LISBOA, CNPJ Nº 23.206.285/0001-17, R\$ 146.053,25 (cento e quarenta e seis mil, cinquenta e três reais e vinte e cinco centavos) adjudicado em favor da empresa JOSÉ G. F. CUNHA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ Nº 07.199.275/0001-45 e R\$ 273.000,00 (duzentos e setenta e três mil reais) adjudicado em favor da empresa SEVENTEC TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA, CNPJ Nº 08.784.976/0002095, o que representa uma baixa de R\$ 1.333.693,67 (um milhão, trezentos e trinta e três mil, seiscentos e noventa e três reais e sessenta e sete centavos), o que revela de *per si* a vantajosidade e economicidade na pretensa contratação, conforme constatei nos autos.

É o breve relatório. Passamos a opinar.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

1. Considerações iniciais

Importante salientar que o exame dos autos processuais se restringe aos seus **aspectos jurídicos**, excluídos, portanto, aqueles de *natureza técnica ou administrativa*. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

2. Da análise da demanda



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A primeira fase da licitação encontra-se disciplinada em linhas gerais no art. 38 da Lei nº 8.666/93, no qual faremos uma comparação entre os requisitos contidos nos incisos do referido artigo e a Minuta do Edital apresentada pela *Comissão de Licitação do Município de Anajatuba/MA*. Vejamos:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo **[feito]**, devidamente autuado **[feito]**, protocolado e numerado **[feito]**, contendo a autorização respectiva **[feito]**, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa **[o próprio Edital]**, e ao qual serão juntados oportunamente:

- I. edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso **[feito]**;
 - II. comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite **[feito]**;
 - III. ato de designação da comissão de licitação do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite **[feito]**;
 - IV. original das propostas e dos documentos que as instruírem **[feito]**;
 - V. atas, relatórios e deliberações da comissão julgadora **[feito]**;
 - VI. pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade **[feito]**;
 - VII. atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação **[feito]**;
 - VIII. recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões **[não alcançou este estágio]**;
 - IX. despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente **[não se aplica ao caso]**;
 - X. termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso **[ainda não alcançou este estágio]**;
 - XI. outros comprovantes de publicações **[feito]**;
 - XII. demais documentos relativos à licitação **[existem]**.
- Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração **[feito]**.

Relativamente à fase interna, Marçal Justen Filho indica que ela se destina a:

- a) verificar a necessidade e a conveniência da contratação de terceiros **[não há necessidade]**;
- b) determinar a presença dos pressupostos legais para a contratação (inclusive a disponibilidade de recursos orçamentários) **[feito]**;
- c) determinar a prática de prévios indispensáveis à licitação (quantificação das necessidades administrativas, avaliação de bens, elaboração de projetos básicos etc.) **[feito]**;
- d) definir o objeto do contrato e as condições básicas de contratação **[feito]**;
- e) verificar os pressupostos básicos da licitação, definir a modalidade e elaborar o ato convocatório da licitação **[feito]**.

A supracitada Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública determina em seu Art. 40, quais os requisitos a serem observados pela mesma quando da elaboração do Edital, *in verbis*:

Art. 40. - O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta lei, o local, dia e hora para



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara **(feito)**;

II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação **(feito)**;

III - sanções para o caso de inadimplemento **(feito)**;

IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico **(feito)**;

V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido **(feito)**;

VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta lei, e forma de apresentação das propostas **(feito)**;

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos **(feito)**;

VIII – locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto **(feito)**;

IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais **(feito)**;

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48. (Redação da LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998) **(feito)**;

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela **(feito)**;

XII - (vetado);

XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas **(não se aplica ao caso)**;

XIV - condições de pagamento, prevendo **(feito)**:

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

e) exigência de seguros, quando for o caso;

XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta lei **(feito)**;

XVI - condições de recebimento do objeto da licitação **(feito)**;

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação;

§ 1º O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraindo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;

III - a minuta do contrato a ser firmado entre a administração e o licitante vencedor;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA

Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba – MA
CNPJ: 06.002.372/0001-33

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

IV - as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.

In casu, o **PROCESSO Nº 2021.12.21.0041/2021, de 21/12/2021**, está em consonância com as disposições acima citadas.

Por derradeiro, vale ressaltar que a competência para presidir a presente licitação é da **Comissão de Licitação do Município de Anajatuba/MA**, pois foi atribuída a esta a realização de processos licitatórios, dispensas, inexigibilidades, inclusive de interesse de seus órgãos desconcentrados e entidades vinculadas.

III – CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, verifica-se que o processo administrativo ora analisado, até o presente momento, sobretudo a minuta do edital e seus anexos, está em consonância com os ditames da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto Federal nº 3.555/00 e do Decreto Federal nº 5.450/2005 que tratam da modalidade de licitação denominada Pregão Eletrônico, razão pela qual esta Procuradoria Geral do Município **opina pela sua aprovação, ressalvada as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que são de inteira responsabilidade do setor a quem competiu sua elaboração e aprovação.**

É meu parecer, S. M. J. Ato contínuo, encaminhem-se os autos ao Controlador Geral do Município para, na forma do art.74, II da CF, emita parecer final.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ANAJATUBA/MA, 14 DE JUNHO DE 2022.

ANDRÉ LUÍS MENDONÇA MARTINS
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Matrícula nº 2021/OAB/MA 13.109

ANDRÉ LUÍS MENDONÇA MARTINS

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

OAB/MA 13.109